



A PERMANÊNCIA DO PASSADO E A INEXISTÊNCIA DE UM PROJETO DE PAÍS

Sérgio R. R. Castilho¹

RESUMO:

O artigo toma duas análises clássicas - feitas por Caio Prado Júnior (“A formação do Brasil contemporâneo” de 1943) e Celso Furtado (“Formação econômica do Brasil”, 1959) - para pensar a permanência do passado e as causas da inexistência de um projeto efetivo de emancipação do país. Os dois livros, não obstante suas diferenças, confluem para o mesmo diagnóstico de um modelo econômico e social voltado “para fora” (mesmo a formação de um “mercado interno”, a partir da década de 30 do século XX, não irá alterar tal direção geral), isto é, a Europa e, em seguida, os EUA. O Brasil atual possui muitos pontos de continuidade com aquele diagnóstico. Ao não atacar as causas profundas da permanência do passado – enormes desigualdades sociais, violência sistemática contra os pobres, os negros e as mulheres, desrespeito aos direitos dos povos originários, inexistência de serviços públicos universais, entre outros – estamos condenados a repetição do fracasso.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil contemporâneo. Permanência do passado. Celso Furtado. Caio Prado Júnior.

ABSTRACT:

The article takes the analyzes made by Caio Prado Júnior (“A formação do Brasil contemporâneo”, 1943) and Celso Furtado (“Formação econômica do Brasil”, 1959) - to think about the permanence of the past the causes of the absence of an effective project for the emancipation of the country. The two books, despite their differences, converge to the same diagnosis of an economic and social model turned “outwards” (even the formation of an

¹ Cientista social e professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense.



“internal market” from the thirties of the twentieth century will not change this general direction), that is, Europe and, later, the USA. Current Brazil has, as we will see, many points of continuity with that diagnosis. By failing to tackle the root causes of the permanence of the past - huge social inequalities, systematic violence against the poor, blacks and women, disrespect for the rights of indigenous peoples, lack of universal public services, among others - we are condemned to repeat failure.

KEYWORDS: Contemporary Brazil. Permanence of the past. Celso Furtado. Caio Padro Júnior.

INTRODUÇÃO

Pierre Bourdieu já vocalizou a importância de se acentuar, nas análises sociológicas, as continuidades históricas. Evitar o que ele chama de “estratégia profética”², anunciando a cada dia um mundo inteiramente novo, parece algo ainda mais necessário num momento em que os desenvolvimentos tecnológicos e a ciência trazem transformações numa velocidade cada vez maior e os modismos dos meios de comunicação à distância se multiplicam. Isso porque as inovações tecnológicas e científicas não trazem *per se* transformações nas estruturas fundamentais da vida social.

Assim é que, por exemplo, as enormes transformações advindas da revolução da informática, dos computadores e da internet, que vem operando com maior intensidade desde a década de 60 para alcançar uma enorme aceleração a partir da invenção do protocolo HTML em 1991 (através deste, todas as telas de computadores do mundo podem se comunicar via uma interface de simples instalação), configuraram uma nova fase na história do capitalismo – o capitalismo informacional³. Toda uma gama de

² “Minha tendência é acentuar as continuidades, primeiro porque penso que é verdade, e depois porque penso que um dos efeitos fáceis que os intelectuais logram é introduzir rupturas: o chique é sempre anunciar que ‘acabou’ — acabou o marxismo, acabou o social, ou ‘é a volta de’ ou ‘o fim de’. É uma estratégia profética elementar que faz com que se cometam muitas bobagens”. (BOURDIEU, 2014. p. 638)

³ A análise já clássica sobre o processo de formação da sociedade em rede ou ‘capitalismo informacional’ é de Castells, 1999. Para o autor, lembremos, a revolução das tecnologias da informação “(...) é um



novas atividades, grupos, classes e instituições se desenvolvem, mas não se eliminam os dois processos estruturais mais amplos que caracterizam o capitalismo: a lógica da acumulação infinita, que leva a que o capital penetre todas as dimensões da vida social e não respeite nem mesmo os limites ecológicos do planeta em busca do lucro, e a separação entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho, esta última alienada da primeira, com sua consequente assimetria fundamental.

O conselho de Bourdieu é particularmente importante em sociedades como a brasileira onde, como já notaram diversos observadores, as mudanças são feitas para que não aconteçam transformações efetivas. Para retomar os termos do brilhante estudo que Arno Meyer (1987) fez sobre a persistência do antigo regime na Europa do início do século XX, temos aqui uma enorme “força da tradição” agindo contra as mudanças substanciais, aquelas que permitiriam a orientação para um futuro auspicioso, de eliminação progressiva de nossas mazelas sociais.

Para conferir substância ao argumento de que a análise das continuidades históricas é central para o entendimento do Brasil contemporâneo optamos por retomar brevemente algumas teses centrais de dois autores primordiais ao entendimento do Brasil: Caio Prado Júnior (“A formação do Brasil contemporâneo” de 1943) e Celso Furtado (“Formação econômica do Brasil”, 1959). Ambos convergem, não obstante suas diferenças, para o diagnóstico de que aquilo que se configurará como “Brasil” é o resultado de um modelo econômico e social voltado “para fora”, isto é, única e exclusivamente para o acúmulo e o deleite de elites estrangeiras num primeiro momento e, num segundo momento, de suas reduzidas associadas “nacionais”. Nem mesmo a formação de um “mercado interno”, a partir da década de 30 do século XX, irá alterar tal direção geral, como veremos ao detalhar o argumento de Furtado. Nem mesmo a limitada formação de uma indústria de bens de capital, durante a ditadura militar-civil (1964-1985), alterou essa dependência histórica, esse estar voltado “para fora”.

evento histórico da mesma importância da revolução industrial do século XVIII, induzindo um padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 78).



O Brasil do século XXI possui muitos pontos de continuidade com aquele diagnóstico. Ao não atacar as causas profundas da permanência do Brasil “arcaico” – enormes desigualdades sociais, violência sistemática contra os pobres e os negros, desrespeito aos direitos dos povos originários, inexistência de serviços públicos universais, entre outros – estamos condenados à repetição do fracasso.

UM BREVÍSSIMO DIAGNÓSTICO DO BRASIL

Antes de dar margem à incompreensão, é preciso deixar claro que a análise aqui proposta não é um exercício comparativo, menos ainda um balanço da obra desses autores. Caio Prado publicou, em 1943, uma “História econômica do Brasil” que se prestaria muito melhor a uma comparação das obras “econômicas”, por exemplo. Pretendemos apenas adotar, a partir daqueles dois trabalhos⁴, um quadro geral, ainda que sintético, que articule os aspectos econômicos, sociais e políticos/ideológicos que nos permitam compreender as causas gerais da ausência de um projeto de emancipação nacional e justiça social.

O que permite a construção desse quadro geral são as muitas convergências presentes nos dois livros citados, não obstante suas diferenças em outros aspectos: a metodologia empregada e o período ao qual se aplica a análise, por exemplo. Nos termos mais amplos, os autores convergem para o diagnóstico de um quadro de dependência econômica, social e cultural ou ideológica, dos povos e territórios que vieram a compor o Brasil, aos interesses dominantes no sistema capitalista internacional. A composição do sistema capitalista internacional atual, por sua vez, deve muito à extração das riquezas – e não apenas as econômicas no sentido estrito – do

⁴ Ao leitor interessado em mais elementos para a análise dos dois autores sugerimos, entre as várias possibilidades, os textos seguintes. Para Caio Prado: Pericás, 2016. Para Celso Furtado: Tavares, 2001 e, de Araújo; Werneck Vianna; Macambira, 2009.



Brasil e de outras colônias das Américas nos séculos XVI-XIX, bem como à posição subordinada que essas ex-colônias assumiram posteriormente.

Os autores traçaram um amplo painel de nossa anatomia histórica, bem como das razões comparativas que levaram a constituição do país dependente e injusto que somos ainda hoje. Os exercícios comparativos não poderiam, portanto, estar fora das duas análises. Em Furtado, eles são explícitos (veja-se o capítulo XVIII “Confronto com o desenvolvimento dos EUA”, mas não só) e, em Prado Júnior, eles estão entremeados ao sofisticado tratamento que este autor concede às obras dos viajantes, observadores e cientistas estrangeiros⁵.

Veremos em seguida alguns elementos da análise dos dois autores, de forma a conferir ao quadro geral proposto uma maior nitidez. Ambos os livros traçam o panorama social e econômico do território que se tornou Brasil desde o início do empreendimento colonial. Caio Prado termina sua análise no início do século XIX, no entanto, Celso Furtado segue até o período da publicação, início da década de 50. Naturalmente, a obra de Furtado tomará mais espaço, já que ele abrange um período histórico bem maior. Uma vez apresentado esse quadro, retornaremos de volta ao presente, atualizando o argumento: no início do século XXI continuamos inseridos de forma subordinada na ordem capitalista internacional, profundamente desiguais e carentes de um projeto de país.

CAIO PRADO JÚNIOR E O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

“A formação do Brasil contemporâneo” utiliza um artifício criativo e perspicaz, ao propor um corte temporal que congela o período da análise no início do século XIX,

⁵ Uma reminiscência de Luccok, um observador inglês da vida do Rio de Janeiro entre 1808 e 1819, serve para ilustrar um dos efeitos negativos da escravidão sobre a sociedade brasileira: o fato de que o trabalho físico, manual, seja desvalorizado por muitos daqueles que pretendem algum tipo de ascensão social. Ocorre que, tendo Luccok ido buscar um serralheiro de cujos serviços precisava, aquele profissional o fizera esperar longamente na expectativa de um negro de servo para transportar sua ferramenta de trabalho, pois carregá-la pelas ruas da cidade não era ocupação digna de um homem livre. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 359).



quando o Brasil estava prestes a deixar de ser colônia. Desde 1943, Caio Prado analisou o Brasil de seus primeiros momentos até o início do século XIX. A partir de tal artifício, o autor pôde tanto desvendar a obra acabada de três séculos de colonização quanto estabelecer os marcos fundamentais para o diagnóstico da situação estrutural de dependência que se estabeleceu posteriormente.

Começamos com a obra da colonização. Logo no início, somos brindados com a afirmação de que o passado colonial não é apenas passado: “Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea (...) O passado, o passado colonial que referi acima aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, mas presente em traços que não nos deixam iludir” (PRADO JÚNIOR, 2000. p. 3).

O balanço dos três séculos de colonização permitiu que se pudesse apreender os processos complexos e as estruturas mais profundas por baixo da superfície dos acontecimentos – aquilo que o autor chamou de “o sentido da colonização”. Foi esse balanço que permitiu a afirmação sobre a permanência do passado colonial. A citação é longa, mas incontornável para nossos propósitos:

No seu conjunto, e vista no seu plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (...). Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu, nada mais que isto. **É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras** (PRADO JÚNIOR, op. cit., p. 19-20).

Esse sentido geral, o de estar voltado para fora, se espalhou, ao longo do tempo, para além da economia, tomando conta de praticamente todas as dimensões da vida



social, e se perenizou, enquistando uma mentalidade colonial que continua presente – não obstante as grandes mudanças – tanto nos grupos e classes dominantes quanto nos grupos e classes dominados, ainda que nestes últimos em menor proporção.

Os elementos constitutivos fundamentais da organização do Brasil colonial foram a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. A “grande exploração rural” – a grande propriedade na qual se explora o trabalho de um grande número de indivíduos - foi “a célula fundamental”, sobre a qual se assentou toda a estrutura econômica e social do país. A mineração, importante a partir do séc. XVIII, teve as mesmas características gerais: grandes unidades, trabalhadas por escravos. Mesmo o extrativismo (quase exclusivo do vale do Amazonas), que possui diferenças por não possuir a mesma base territorial, possui uma organização do trabalho e estruturação econômica em tudo semelhante às outras atividades dominantes na colônia: um empresário que dirige e explora uma numerosa mão-de-obra sob suas ordens (ibidem, pp. 121-122).

A análise e a crítica da escravidão evidenciam o quanto esta teve de consequências negativas para a sociedade e para as formas de sociabilidade no Brasil. Ao diagnóstico devastador do sentido da colonização acrescenta-se uma dissecação daquele traço histórico de nossa vida social. A escravidão foi o núcleo central organizado da sociedade colonial; envolvendo este núcleo existia uma nebulosa social incoerente e desconexa. A escravidão impediu a expansão das relações entre homens formalmente livres, que ficaram subordinadas ao poder dos grandes proprietários de terras (ibidem, p. 354). Seja como “fator trabalho” seja como “fator sexual”, o africano escravizado era uma mercadoria que sofria todas as formas de violência. Caio Prado já mostrava atenção para questões que se tornariam fulcrais, como as relativas à avaliação do volume do tráfico africano⁶ e ao aparente conformismo daquelas populações,

⁶ O autor criticou a avaliação feita por Pandiá Calógeras (Política exterior do Império, 1927) como pouco criteriosa, e observa que não há como estimar uma taxa de crescimento dos escravos, “(...) pois não há dados com que se fundar em segurança” (ibidem, p. 112). Hoje existe uma ampla bibliografia sobre a escravidão e o tráfico de escravos no Brasil, bem como um enorme acúmulo de dados e fontes de pesquisa. Uma obra excelente, que recomendamos ao leitor é a de Gomes, 2019, à qual retornaremos. Trata-se de um vasto projeto, atualizado, de síntese bibliográfica e histórica, com pesquisa em bibliotecas



estabelecendo um verdadeiro programa de estudos, muito antes da consolidação dos estudos sobre o tema:

Não se julgue a normal e aparente quietação dos escravos, perturbada, aliás pelas fugas formação de quilombos, insurreição mesmo – como as que agitam a Bahia em princípios do século passado, e que se repetem em 1807, 09, 13, 16, 26, 27, 28, 30 e 35 – fosse expressão de um conformismo total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles sobretudo lá onde são mais numerosos, mais conscientes de sua força⁷ (...) (ibidem, p. 377)

Ao estabelecer o sentido geral da colonização, Caio Prado estabeleceu, simultaneamente, os marcos fundamentais para o diagnóstico da situação estrutural de dependência que se estabeleceu a partir da ascensão da Inglaterra no plano mundial. Como lembrou Fiori (2001, p. 38), foi entre os séculos XV e XVIII que se formaram os Estados territoriais europeus, os mercados modernos e o sistema capitalista – a um só tempo nacional e “global”: a chamada era mercantilista. Foi a era da aliança entre os príncipes – soberanos – e os detentores do capital. É importante registrar que as regras básicas de relacionamento entre os Estados territoriais – e destes com o processo de expansão dos mercados e dos capitais privados – permaneceram e se prolongaram através dos séculos seguintes.

Não é à toa, portanto, correspondendo a esse processo mais geral, que ocorreu aqui, no território que seria o Brasil, entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, uma ruptura, se alterando a natureza e a hierarquia do núcleo político

americanas, europeias e africanas, além de ricas viagens por este último continente. O volume primeiro, o único a ser lançado até agora, vai do primeiro leilão de cativos em Portugal, em 1444, até a morte de Zumbi dos Palmares, em 1695. O segundo, a ser lançado no ano corrente, tratará do século XVIII e o terceiro a ser lançado em 2021, tratará do século XIX.

⁷ Num outro momento, numa nota de pé de página, fez a seguinte observação: “Os quilombos (...) constituem organizações notáveis, cheias de vigor e capacidade construtiva. Os Palmares, que são o principal e mais notório exemplo de quilombo, de vulto, estão longe de ser o único. Essas aglomerações negras de escravos fugidos se formaram e dissolveram repetida e continuamente em todo o correr da nossa história, e em todos os pontos do território; e muitas vezes mostraram do que estariam capazes se lhes tivesse sido dada oportunidade de se estabilizarem” (ibidem, p. 304)



responsável pela administração do território que estava se constituindo como país formalmente independente.

O poderio militar francês e sua tentativa de controle do sistema europeu através das guerras napoleônicas teve como uma de suas consequências o afrouxamento dos laços de Espanha com a América Latina (Napoleão subjugou a Espanha, forçou a abdicação de Carlos V e impôs seu irmão José Bonaparte como novo rei) e a independência de suas colônias (Venezuela e Colômbia em 1810, Paraguai 1811, Argentina 1815, Chile 1818, Equador 1822). O caso de Portugal foi absolutamente único, uma vez que a corte fugiu da invasão napoleônica sob proteção da Inglaterra para o Brasil em 1808, transplantando para aqui a capital do Império.

CELSO FURTADO E A EMANCIPAÇÃO INTERROMPIDA

“A formação econômica do Brasil” é mais do que um trabalho de “economia”, o que se pode dizer, com diferentes gradações, para toda a obra do autor. Furtado soube como poucos no Brasil (re)unir as dimensões indissociáveis da economia e das ciências sociais históricas, contrastando o duplo processo de autonomização que se exacerbou a partir do último quarto do século XIX com a formação do marginalismo e da ortodoxia neoclássica⁸: a consolidação de uma disciplina (“a economia”) e de um discurso tecnocrático afastado não só do senso comum (uma injunção intrínseca a qualquer discurso que se pretende científico), mas também das outras disciplinas históricas. A econometria e a matematização se tornaram progressivamente as matrizes de legitimação de uma ‘disciplina’ que, ainda hoje, no seu *mainstream*, se quer imaginar mais próxima às ciências ditas exatas do que às ciências humanas.

⁸ “O afastamento entre a economia e a história não se fez sentir plenamente até a transformação marginalista da economia. Tornou-se uma questão principal, debatida no curso do agora em grande parte esquecido *Methodenstreit* da década de 80 [do século XIX], evidenciada pelo provocador ataque de Carl Menger à chamada ‘escola histórica’ que, de uma forma particularmente extrema, dominava então a economia alemã” (HOBSBAWN, 1998, p. 111).



Contrariamente a isso, Furtado afirmou que o sistema econômico internacional não é (como sustenta a teoria das vantagens comparativas de David Ricardo) um “mercado” puro, mas um jogo de forças no qual os estados-nação defendem seus interesses. Os grupos de interesse e o desenvolvimento tecnológico possuem enraizamentos históricos concretos, e é o resultado da ação dos primeiros que irá possibilitar o maior ou menor desenvolvimento de um país no plano do capitalismo internacional. A dependência e o subdesenvolvimento são o resultado, no plano internacional, da situação estrutural que reproduz a assimetria entre o padrão de consumo cosmopolita dos que estão integrados no mundo desenvolvido e as debilidades estruturais do capitalismo periférico (FURTADO, 1984, pp. 109-110⁹).

Os sucessivos ciclos da estrutura econômico-social que constituíram o território brasileiro (cana-de-açúcar, mineração, café e, na fase mais recente, a industrialização) expressavam, antes de mais nada, a contínua - ainda que modificada - dependência face ao capitalismo internacional, nas suas sucessivas configurações.

O sucesso inicial da empresa agrícola açucareira só foi possível por que além da iniciativa portuguesa (que possuía a terra e a explorava), existia uma íntima associação de interesses com os holandeses. Estes últimos é que foram os responsáveis por refinar e comercializar o açúcar na Europa, além de contribuírem significativamente no financiamento das instalações produtivas no Brasil e na importação da mão-de-obra escrava. Noventa por cento da renda gerada pelo açúcar dentro do país ficava concentrada nas mãos dos proprietários de engenhos e plantações de cana. Outra parte

⁹ Existe toda uma dimensão do debate teórico acerca das relações entre dependência e subdesenvolvimento que não pode, por questões de espaço, ser desenvolvida aqui. Celso Furtado, junto com Raul Prebisch, foi um dos expoentes desse debate que teve na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros) um de seus *lôcus* mais importante. Registre-se apenas que existem diversos entendimentos do que seja a dependência e do que seja o subdesenvolvimento. A mais conhecida das teorias da dependência, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1974) acabou partindo da constatação da dependência para afirmar uma espécie de “realismo periférico”, segundo o qual cabe aos países periféricos se adaptar da melhor forma aos cânones da ordem internacional, e não a questionar. Já Teotônio dos Santos (1978) e Ruy Mauro Marini (1973) têm perspectivas mais críticas.



significativa dessa renda ia para fora do país, pelas mãos dos holandeses (FURTADO, 2000, p. 45-48).

Quando se rompeu esse equilíbrio – entre 1580 e 1640, Portugal fez parte do Império Espanhol, e este último declarou guerra à Holanda, que lutava para se tornar independente - a luta das elites holandesas contra as elites espanholas pelo controle do açúcar teve como subproduto a ocupação holandesa do litoral da colônia brasileira, entre 1630 e 1654, entre Recife e São Luís, no Maranhão¹⁰. A luta contra os holandeses levou a que os portugueses procurassem a ajuda dos ingleses. Os tratados sucessivos de 1642, 1654, 1661 e finalmente o Tratado de *Methuen* de 1703 colocavam definitivamente o destino de Portugal e sua colônia americana nas mãos dos ingleses, renunciando a qualquer desenvolvimento manufatureiro. O tratado de 1661 possuía a famosa cláusula secreta, segundo a qual os ingleses prometiam defender as colônias portuguesas contra quaisquer inimigos. O Tratado de *Methuen* foi fundamental também para a estabilidade territorial da América portuguesa (op. cit. 2000, pp. 26-31).

A própria “independência” da América portuguesa, já o vimos, nada mais foi do que um acordo entre elites. O governo português tinha se transferido para o Brasil fugindo da invasão napoleônica, e os privilégios que a Inglaterra possuía no Brasil foram automaticamente transferidos. A abertura dos portos em 1808 e os acordos de 1810 renovaram tal dependência, que se manteve até o início do século XX, quando o capitalismo americano ganha a supremacia.

Entre 1808 e 1822 se gestou uma elite “brasileira” em íntima associação com as elites inglesas e portuguesas que não hesitou, uma vez instalada uma crise sucessória com o retorno de Dom João VI a Portugal, em instalar no comando do país, que se criava, o filho de Dom João, intitulado Dom Pedro I. Quando Dom Pedro I foi levado a intervir no conflito português na Europa foi coroado o filho daquele, agora Pedro II.

¹⁰ Desde o final desse conflito acabaria o monopólio da produção do açúcar e de outros produtos tropicais (as Antilhas e o Caribe serão crescentemente utilizados por holandeses, ingleses e franceses, todos excluídos do Tratados de Tordesilhas e cientes dos lucros que as colônias traziam) e a economia do açúcar entrou numa longa estagnação da qual, não obstante alguns surtos (no final do século XVIII, quando da independência do Haiti, que desorganizou a produção daquele país, p.ex.), não mais saiu.



Como esse último era ainda menor e declarado incapaz para governar, seguiu-se o período da “regência”, no qual essas jovens elites “brasileiras” exerceram diretamente o poder central. Já no seu alvorecer, evidenciaram aquela que seria uma de suas características mais pronunciadas: a incapacidade de lidar com reivindicações por participação e justiça social¹¹.

O ciclo do ouro foi extremamente importante para a povoação e urbanização do interior do país, bem como essencial para garantir a renovação do interesse de Portugal e da Inglaterra. Entre o final do século XVII, quando se encontraram as primeiras minas, e o início do século XIX quando elas perderam seu valor de exploração, as partidas do ouro brasileiro para Londres se tornaram tão importantes que, sem elas, a Inglaterra dificilmente teria atravessado as guerras napoleônicas (ibidem, 2000, p. 88).

A partir do final do século XVIII, a Inglaterra, que fora uma das grandes beneficiárias do escravismo moderno¹², começa, por conta da transformação de sua estrutura econômica, a advogar a abolição da escravatura. Com a revolução industrial, como sabemos, será necessário encontrar consumidores que pudessem escoar, mundo afora, o que se produzia em escala cada vez maior. Apesar de seu imenso poder naval – o maior do mundo, após a derrota da esquadra holandesa – e econômico, a Inglaterra não conseguiu, de fato, terminar com o tráfico transatlântico de escravos, apesar da abolição formal do tráfico em 1850 - o que evidencia o quanto de riqueza tal comércio trazia, e seus inúmeros cúmplices (BETHEL, 1976).

¹¹ Rebeliões de todo tipo atravessaram o país ao longo dos anos 30 e 40 - Cabanagem, Pará (1835-1840); Balaiada, Maranhão (1838-1841); Revolta dos Malês (1835) e Sabinada, (1837-1838), ambas na Bahia; a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845); e as Revoltas Liberais de São Paulo e Minas Gerais (1842). As quatro primeiras, com caráter popular mais pronunciado, foram esmagadas com uma crueldade ainda maior.

¹² De acordo com Gomes (2019, pp. 265, 272-273) “Entre 1501 e 1867, os navios negreiros embarcaram na África cerca de 12,5 milhões de cativos. Desse total 10,5 milhões chegaram vivos à América. (...) Portugueses e brasileiros foram responsáveis por transportar 5,8 milhões de escravos. Os britânicos, antes de se tornarem abolicionistas, traficaram cerca de 3,3 milhões de africanos para a América. Franceses, espanhóis e holandeses ocupam as posições seguintes no *ranking* do tráfico com, respectivamente, 1,4 milhão, 1,1 milhão e meio milhão de cativos transportados. (...) Quase dois milhões de cativos africanos morreram na travessia do Atlântico ao longo desse tempo”.



A economia do café deslocou o centro econômico do país para o Sudeste, na região montanhosa próxima da capital do país. Isso refletia também a nova vitalidade da cidade do Rio de Janeiro, que fora transformada em capital do Império e agora abrigava a Corte deste. Os hábitos de consumo e as formas de sociabilidade sofreram importantes transformações. Naquela região existia relativa abundância de mão-de-obra, por conta da desagregação da economia mineira. Mesmo tendo preços pouco favoráveis, nessa primeira etapa entre a década de 30 e a metade do século XIX, foi exatamente a utilização da mão-de-obra escrava, subutilizada pela mineração, que permitiu seu desenvolvimento inicial. Quando, a partir da segunda metade do século XIX, os preços do café se recuperam amplamente no mercado nacional, enquanto os do açúcar permanecem deprimidos, criou-se uma forte pressão no sentido da transferência de mão-de-obra do Norte para o Sul do país (ibidem, pp. 118-119).

Junto com essa nova economia cafeeira se formou também uma nova classe empresária que terá um papel central na história posterior do país. A diferença fundamental entre essa nova classe e aquela, que dirigia a economia açucareira, está na relação com a atividade comercial. Na economia açucareira, como já retracamos, as fases produtiva e comercial estavam isoladas umas das outras, e os monopólios situados na Holanda e, em menor medida, em Portugal, tomavam todas as decisões fundamentais da segunda. Os novos empresários do café, ao contrário, se envolviam em uma pletera de atividades, articulando a produção e a comercialização: adquiriam terras, recrutavam mão-de-obra, transporte interno, contatos oficiais, interferência na política econômica etc. (ibidem, p. 120).

Foi nesse período que se consolidou um mecanismo extremamente importante para a manutenção da assimetria estrutural entre os países do centro e da periferia capitalista: a sobreapreciação da taxa de câmbio. Esta privilegia os setores exportadores da economia – que passam a receber mais moeda estrangeira pela mesma venda – e desprivilegia especialmente a indústria nacional e as populações pobres urbanas, que necessitam de mais moeda nacional para comprar os insumos. Dessa forma as elites exportadoras, quando ocorrem crises nas suas atividades, diminuem suas perdas e as



socializam. Esse mecanismo se estrutura a partir da prevalência de uma moeda – do estado-nação dominante - que serve como caixa de compensação do capitalismo internacional (ibidem, pp. 167-169).

O maior problema para a indústria do café era o relativo à mão-de-obra. A brutalidade com que eram tratados os escravos no Brasil e as condições precárias, desumanas, inclusive alimentares, a que eram submetidos, levaram a que a taxa de mortalidade fosse muito maior do que a taxa de natalidade, gerando um problema crônico de abastecimento de mão-de-obra. A transferência interna ocorreu, mas, por uma série de razões (entre as quais o mandonismo dos proprietários de terras que tinham na imobilização de mão-de-obra uma de suas fontes de prestígio), foi insuficiente.

Nessas condições, a transição para o trabalho assalariado foi lenta e inconclusa – mesmo no princípio do século XXI encontramos seus resquícios¹³. De qualquer forma, o governo imperial se viu obrigado a iniciar uma política de imigração e colonização que ao longo do século XIX se intensifica. Apenas para o Estado de São Paulo, eles passam de 13 mil, na década de 70, para 184 mil nos anos 80 e 609 mil na última

¹³ As condições que a população negra vive no Brasil de hoje justificam afirmarmos que existe racismo estrutural na sociedade brasileira. Os negros vivem em condições estruturais (econômicas, sociais e políticas) que normalizam padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios (ALMEIDA, 2018). Vale a pena citar alguns dados atualizados elencados por Gomes (op. Cit, 31-33): Negros e pardos representam 54% da população brasileira, mas sua participação entre os 10% mais pobres é muito maior, de 78%. Na faixa dos 1% mais ricos, a proporção inverte-se. Nesse restrito e privilegiado grupo, situado no topo da pirâmide de renda, somente 17,8% são descendentes de africanos. Na educação, enquanto 22,2% da população branca tem 12 anos de estudo ou mais, a taxa é de 9,4% para a população negra. O índice de analfabetismo entre os negros em 2016 era de 9,9%, mais que o dobro do índice entre os brancos. A brutal diferença se repete na taxa de desemprego, de 13,6% e 9,5%, respectivamente. (...). Nos cursos superiores, em 2010, os negros representavam apenas 29% dos estudantes de mestrado e doutorado, 0,03% do total de aproximadamente 200 mil doutores nas mais diversas áreas de conhecimento e só 1,8% entre todos os professores da Universidade de São Paulo. Um homem negro tem oito vezes mais chances de ser vítima de homicídio no Brasil do que um homem branco. Afrodescendentes formam a maior parte da população carcerária e são mais expostos à criminalidade. São também a maioria absoluta entre os habitantes de bairros sem infraestrutura básica, como luz, saneamento, segurança, saúde e educação. Entre os 1.626 deputados distritais, estaduais federais e senadores brasileiros eleitos em 2018, apenas 65 – menos de 4% - são negros. Nas quinhentas maiores empresas que operam no Brasil, apenas 4,7% dos postos de direção e 6,3% dos cargos de gerência são ocupados por negros. Os brancos são também a esmagadora maioria em profissões de alta qualificação, como engenheiros (90%), pilotos de aeronaves (88%), professores de medicina (89%), veterinários (83%) e advogados (79%). Só 10% dos livros publicados no Brasil entre 1965 e 2014 são de autores negros. Entre os diretores de filmes nacionais produzidos de 2002 a 2012, apenas 2%.



década (ibidem, p. 133). Foi essa mão-de-obra que, a partir da crise final decretada pela abolição, tornou possível a expansão do café ao longo do século XX.

O tratamento concedido por Celso Furtado à questão da abolição merece algumas linhas. Notando que, dada a magnitude social do ato, dificilmente a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados, uma vez que acarreta modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores, constrói uma tipologia dupla. De um lado aquelas situações, como nas Antilhas Inglesas, em que as terras já haviam sido totalmente ocupadas e, portanto, os ex-escravos não podiam emigrar – aqui, a abolição foi meramente formal, o ex-escravo passando a receber um salário monetário achatado ao nível da subsistência prevalecente. De outro lado, o extremo oposto, no qual os ex-escravos teriam uma oferta irrestrita de terras. No Brasil, não se teria apresentado nenhum desses dois casos extremos, mas “a região açucareira se aproximou mais do primeiro caso, e a cafeeira mais do segundo” (ibidem, pp. 142-143).

A transição para o trabalho assalariado faz emergir, ao longo da primeira metade do século XX, e esse é um ponto fulcral para Furtado, um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno, baseado na industrialização. Os capitais acumulados na economia cafeeira foram fundamentais para o salto industrial a partir da década de 30. Os altos preços que esse produto adquiriu no mercado mundial, entre o último quarto do século XIX e o primeiro do seguinte, geraram uma massa de capital que pôde, dadas as condições daquela crise mundial, ser investida nas atividades industriais destinadas a produzir aquelas mercadorias que o capitalismo central não podia mais suprir.

Precisando de uma capitalização menor do que a cultura do açúcar, contando com uma oferta virtualmente inesgotável de terras e mão-de-obra barata em abundância, além de preços em ascensão, o café não só se tornou a indústria mais importante do país como também os cafeeiros brasileiros se tornaram responsáveis por três quartos da oferta mundial do produto. A partir do final do século XIX confluem, no entanto, dois problemas: o declínio do preço mundial do café e a crise de superprodução. A solução



foi estabelecida a partir daquilo que se chamou Convênio de Taubaté. Naquela cidade paulista, em 1906, definiram-se as bases do que se chamou de “valorização” do café, que estabelecia essencialmente o seguinte: a) o governo compraria os excedentes, intervindo no mercado; b) essas compras seriam financiadas com empréstimos estrangeiros; c) esses empréstimos seriam cobertos com um novo imposto em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações. Esse mecanismo teria funcionado com relativa eficiência até a crise de 29 (ibidem, pp. 192-194).

No momento da crise, o governo federal – não obstante seus compromissos com a industrialização, o que evidencia a flexibilidade política de Vargas - manteve a política de “valorização”. Mesmo com a queda contínua dos preços, desde o final do século XIX, o café continuava a crescer porque ainda era a melhor oportunidade de lucros (a queda na renda produzida sendo menor do que a queda na produção). Comparando a situação com os EUA, o autor afirma:

A redução da renda monetária, no Brasil, entre 1929 e o ponto mais baixo da crise, se situa entre 25 e 30%, sendo, portanto, relativamente pequena se se compara com a de outros países. Nos EUA, por exemplo, essa redução excedeu a 50%, não obstante os índices de preços por atacado, desse país, tenham sofrido quedas muito inferiores às do preço do café no comércio internacional. A diferença está em que nos EUA a baixa de preços acarretava enorme desemprego, ao contrário do que estava ocorrendo no Brasil, onde se mantinha o nível de emprego se bem que se tivesse que destruir o fruto da produção. O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes.

Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados (ibidem, p. 205).



No contexto após a crise internacional, o país se recuperou rapidamente, criando bases sólidas para produção industrial. O processo de substituição de importações se acelerou ao longo das décadas de 40 e 50, como mostrou Furtado¹⁴. Pareciam estar dadas as condições para que, afinal, o Brasil pudesse se tornar um país autônomo, com desenvolvimento suficiente para nos colocarmos em pé de igualdade com os países centrais. Esse não foi, no entanto, o resultado do processo. O que aconteceu nesse meio tempo?

O BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Entre a colonização, as décadas de 40 e 50 – quando Caio Prado Júnior e Celso Furtado escreveram os livros que tomamos como mote - e os dias de hoje, o Brasil se transformou imensamente. Urbanização crescente, industrialização acelerada entre as décadas de 30 e 80, desenvolvimentos dos meios de comunicação à distância¹⁵ - enfim, o Brasil se transformou num país “moderno”. Permanece, no entanto, a dependência para com os países do capitalismo central, uma vergonhosa desigualdade social (que pesa muito mais sobre os negros e as mulheres, bem como sobre as populações indígenas) e a ausência de mecanismos reais de participação política por parte dos mais pobres e necessitados.

¹⁴ É importante não sermos formalistas na análise desse processo. Como nos adverte Maria da Conceição Tavares: “Se por industrialização entendemos a implantação de um setor de produção industrial, este surge muito antes de 1930, e não como resposta a uma crise do setor externo, mas sim num auge do café, com o prolongamento e a diversificação do capital cafeeiro. Se, ao contrário, tomarmos esse conceito como ‘constituição de forças produtivas especificamente capitalistas’, isto é, capazes de afiançar a dominância do capital industrial no processo global de acumulação, temos que esperar até a década de 50 para que isso se verifique, mediante a entrada decisiva do Estado e das empresas internacionais” (TAVARES, 1998, p. 128).

¹⁵ Segundo a última pesquisa do Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação, vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil (Cetic.br) e com dados relativos a 2019, 74% dos brasileiros acessaram a internet pelo menos uma vez nos últimos três meses. Mas, seguindo a mesma pesquisa, enquanto 93% dos membros da Classe A tem acesso a computadores de mesa e 79% a *notebooks*, esta proporção cai para 4% e 6% quando se trata dos membros da classe D. A exclusão digital é uma extensão das outras formas de exclusão social. <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios>. Acesso em 21/07/2020



Porque a formação de um centro dinâmico e de uma economia industrial no Brasil não criaram as condições para um país independente e menos desigual? As respostas, é claro, estão no plano das opções políticas e sociais adotadas, uma vez que a política é a síntese de todas as outras dimensões da vida social. A correção dessas respostas depende também de que evitemos uma perspectiva evolucionista e teleológica ao abordamos a história de nossa formação social, imaginando que esta história é uma mera replicação, num espaço e tempo distantes, daquela que ocorreu nos países do capitalismo central. Voltaremos a esse último aspecto na última seção do texto.

Uma das respostas, sustentamos, está no plano “inconsciente” – para retomar a palavra de Furtado – em que o governo e as elites adotaram medidas que, a médio e logo prazo, permitiriam o crescimento da autonomia. A política de valorização do café não foi um plano refletido e amadurecido, não estava articulada a uma política industrial substantiva que contribuísse para a construção de um país autônomo. Ela foi o resultado, sobretudo, de uma articulação que tinha como objetivo maior conceder sustentação política ao governo federal recém-instalado. No seu longo primeiro governo, que vai de 1930 a 1945, Vargas construiu um amálgama entre um nacionalismo econômico atenuado e um autoritarismo político que flertou com o eixo nazifascista para só abraçar, finalmente, os aliados, após os EUA garantirem os capitais necessários à construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (NETO, 2013).

O período entre 1930 e 1980 é comumente chamado, por boa parte da historiografia e da literatura especializada, de “desenvolvimentista” – o desenvolvimento teria se dado pela via da substituição de importações, como resgatamos a partir de Celso Furtado. Cabe lembrar que o termo é majoritariamente ideológico, no sentido de que encobre a ambivalência entre a intenção dos atores sociais envolvidos à época e os resultados empíricos palpáveis alcançados. Não existiu, no período entre 1930 e 1980 uma política industrial coerente e minimamente continuada, articulada a um projeto de independência real em relação aos centros internacionais do poder capitalista. Isso não quer dizer, é claro, que análises sobre o



“desenvolvimentismo” não tenham dado contribuições importantes para entendermos nossa formação econômico-social¹⁶.

Soa estranho, afinal, falar em “desenvolvimentismo” para um período de cinquenta anos de nossa história e, ao final, não alcançarmos o objetivo. Além disso, existiam diversos projetos “desenvolvimentistas”, que iam desde um desenvolvimentismo conservador, capitaneado por Getúlio no seu primeiro mandato, e pelos militares e sua coalização civil durante a ditadura entre 1964 e 1985, até um desenvolvimentismo de caráter mais popular e nacionalista, liderado por João Goulart¹⁷. O próprio Furtado era cético em relação ao uso do termo, embora tivesse falado em “ideologia desenvolvimentista”: para ele, o “desenvolvimentismo” era uma forma de conservadorismo, pois supunha que as estruturas econômicas e sociais formadas na Europa, a partir da Revolução Industrial e que estão indissolúvelmente ligadas ao capitalismo, podem ser transplantadas para a América Latina¹⁸.

Outro conjunto de respostas acerca de nossa (in)capacidade de construção de um projeto autônomo de país, e que está intimamente articulado à resposta anterior, diz respeito ao caráter profundamente excludente de nossa formação social. Essa exclusão é econômica, política e cultural. As elites no Brasil historicamente trataram e tratam o

¹⁶ Parte das dificuldades relativas ao uso do termo tem a razão seguinte: Embora, na maior parte das vezes, “desenvolvimentismo” se refira a dimensão econômica da vida social, ele tem implicações políticas evidentes - um alto nível de desenvolvimento econômico traria, potencialmente, autonomia, independência e bem-estar. Mas essa não é uma consequência necessária do processo de crescimento econômico, questão a qual retornaremos na última seção do texto. Na medida em que muitos autores tratam de uma dessas dimensões sem explicitar como entendem a relação com a outra, temos um quadro analítico nebuloso.

¹⁷ Para uma análise mais geral, ver Bielchowsky, 1997. Para o desenvolvimentismo “popular” do Instituto Superior dos Estudos Brasileiros (ISEB), conferir Motta, 2000.

¹⁸ Fonseca (2015) faz uma análise rigorosa do termo, centrando o debate histórico na experiência de oito países da América Latina entre 1930 e 1979. Faz também uma breve referência ao debate mais recente, retomado a partir do início do final do século XX e início do XXI, com a chegada de vários partidos e coalizões de esquerda aos governos de diversos países da América Latina. Num sentido mais estrito, no caso do Brasil, o “desenvolvimentismo” pode ser considerado a estratégia política e econômica adotada pelo governo Juscelino Kubistchek (1956-1961). O Programa de metas teria sido sua síntese, propugnando maior intervenção do estado na economia, aumento da participação do capital privado nacional no processo de industrialização e incorporação do capital estrangeiro. Cf. Abreu, Alzira Alves de. “Desenvolvimentismo”. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/desenvolvimentismo>. Acesso em 28/06/2020.



povo como seu inimigo, preferindo sempre a aliança com outras elites em detrimento da construção de um projeto nacional. A altíssima concentração de renda, uma característica invariante da história brasileira (já estava presente no primeiro empreendimento em terras brasileiras, como vimos), é eticamente destrutiva e economicamente limitadora.

Pedro Herculano de Souza (2016) organizou, num árduo trabalho de reconstrução, a série histórica para a concentração de renda, a partir dos dados para o imposto de renda e das contas nacionais. Esses dados abrangem apenas o período a partir de 1926, mas são coerentes com o que vimos acerca da tendência histórica geral, a partir de Caio Prado e Celso Furtado. Os resultados mostraram que a fração que corresponde ao um por cento mais rico da sociedade brasileira ficou entre 20% e 25% de toda a renda nacional em 40 dos 69 anos (entre 1926 e 2013) para os quais existem dados observados ou que puderam ser reconstruídos. Os 5% mais ricos ficaram com um percentual entre 40 e 50% da renda total do país - para os anos que temos dados, entre 1970 e 2013 (SOUZA, 2016, p. 221).

Ficou clara ainda, naquela reconstrução, a associação entre os períodos em que essa mesma desigualdade aumentou ainda mais e o autoritarismo. Dos três períodos em que ocorreu essa elevação, dois deles corresponderam à instauração das duas ditaduras vividas pelo país no século XX: o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar Civil, de 1964-1985 (SOUZA, 2016, p. 223); e o terceiro – a crise econômica e política dos anos 80 – foi resultado da crise da dívida externa, da desorganização das contas públicas e das finanças realizadas por aquela segunda ditadura.

A participação política foi e ainda é, quando se trata dos mais pobres e necessitados, quase sempre limitada e manipulada.

A proclamação da República foi, no resgate feito por José Murilo de Carvalho (2018), um evento resultante de mais um acordo entre as elites dominantes, um processo do qual o povo foi completamente alijado. Durante a chamada República Velha, a continuidade do domínio dos grandes proprietários de terra se manifestou através do



coronelismo, uma forma de mandonismo que se aglutinava em torno dos grandes clãs familiares e seu poderio econômico (LEAL, 2012). Os mecanismos de arregimentação e manipulação do eleitorado eram facilitados também porque o eleitor declarava seu voto à vista de todos, ficando assim exposto à vigilância do proprietário de terras que exigia fidelidade. Não admira que as taxas de participação do eleitorado nesse período nunca tenham ultrapassado 5%, sendo até mesmo menores do que as do final do Império¹⁹.

Até a década de 50, a maioria da população brasileira ainda era rural²⁰, e as formas de poder local e mandonismo se estendiam, muitas vezes, até mesmo ao eleitorado urbano. Afonso Arinos de Melo Branco, líder da UDN e principal opositor de Vargas, empenhado naquilo que chamava de “moralização do sistema político brasileiro”, ao lembrar a campanha eleitoral de 1954, não tem o menor pudor de assim se referir aos seus gastos de campanha com os eleitores: “o alistamento, a assistência aos eleitores e as famílias, (...) sem falar nas despesas com o transporte e alimentação, vestimenta e abrigo nos quartéis” (apud LIMONGI, CHEIBUB, FIGUEIREDO, 2015, p. 44). O voto feminino foi conquistado em 1932 e consolidado na Constituição de 1934, mas não se tornou obrigatório (da mesma forma que o voto masculino), o que só aconteceu com o Código Eleitoral de 1965.

A maior restrição à participação dos pobres e sem acesso à educação formal se manteve, no entanto, até 1988, com a restrição de voto aos analfabetos. O voto destes continua sendo facultativo. Enquanto existiu, o mecanismo serviu a um duplo propósito:

¹⁹ Para as taxas de participação da população total no eleitorado durante o Império, conferir Graham, 1990. Para as taxas de participação da população total no eleitorado durante a República Velha, conferir Nicolau, 2002. O percentual de eleitores sobre a população total que votou nas eleições diretas para Presidência da República a partir de 1945 foi o seguinte: 1945: 13%; 1950: 16%; 1955: 15%; 1960: 18%; 1989: 52%, 1994: 50%; 1998: 52%; 2002: 65,71; 2006: 66,23; 2010: 66,47%. 2014: 67,61%. <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em 19/06/2020.

²⁰ Os dados do IBGE para a taxa de urbanização são os seguintes: 1940: 31,24%; 1950: 36,16%; 1960: 44,67%; 1970: 55,92%; 1980: 67,59%; 1991: 75,59%; 2000: 81,23%. 2007: 83,48%; 2010: 84,36%. <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>. Acesso em 25/06/2020. A propriedade da terra no campo nunca sofreu uma reforma agrária que a pudesse tornar mais funcional ao país. Seguimos sendo um país com enorme concentração fundiária. Segundo pesquisa da Oxfam (2016), menos de 1% dos proprietários agrícolas possui 45% da área rural do país. As grandes fazendas, com mais de mil hectares, concentram 43% do crédito agrícola. Mas são os pequenos que respondem por mais de 70% da produção de alimentos.



afastar os pobres e dominados das disputas e das questões políticas, e garantir margens satisfatórias de manipulação por parte das elites, grupos e classes dominantes. Os historiadores dos processos eleitorais no Brasil estão acostumados a encontrar taxas de alistamento eleitoral superiores a 100%, o que resulta do fato de que a definição política de analfabetismo para fins de alistamento era propositalmente fluída (LIMONGI, CHEIBUB, FIGUEIREDO, 2015, p. 29).

Mesmo nos dias de hoje não devemos sucumbir aos fetiches da democracia formal, quanto mais num país desigual como o nosso. As populações pobres e com baixo acesso à escolaridade formal são alvos fáceis para todos os tipos de manipulação e subterfúgios. Outras formas de controle, baseadas na manipulação da “opinião pública” e em técnicas de *marketing* político²¹ que, nas últimas duas décadas incorporaram a internet e as chamadas redes sociais, com a crescente utilização de robôs e da inteligência artificial²² – tudo para construir sofisticadas técnicas de persuasão e convencimento.

Se o “desenvolvimentismo” colapsou a partir da década de 80, com a crise da dívida externa, a qual correspondeu ao fim da Ditadura militar-civil, o que se sucedeu? Sucedeu a ascensão neoliberal no plano mundial e também nacional. No plano mundial, ela foi representada pela chegada de Margaret Thatcher à primeira-ministra da Inglaterra (1979-1990), e Ronald Reagan a presidente dos EUA (1981-1989). Essa ascensão e predominância neoliberal parecem ser uma característica da política e da economia desde então, mesmo tendo sofrido alguns revezes a partir do final do século e da primeira década do atual. O *Labour Party* desbancou os Conservadores na Inglaterra em 1997 (com as eleições de Tony Blair – 1997-2007 – e Gordon Brown – 2007-2010) para ceder o poder novamente em 2010 aos mesmos Conservadores, que até então o

²¹ Para uma crítica aguda à lógica mercantil das pesquisas de opinião e à recusa de suas pretensões científicas, conferir Bourdieu, 1988. Para a extensão dessa crítica à ampliação e reconfiguração do campo político ao longo das décadas de 80 e 90 do século passado, cf. Champagne, 1991. Para uma análise do *marketing* político no Brasil conferir Castilho, 2014.

²² Muitos autores têm proposto a noção de um “capitalismo de vigilância” para dar conta das transformações recentes do capitalismo. Sobre isto ver Zuboff, 2019 e, no Brasil, o volume especial - v. 18, n. 2, 2015 - da Revista Eco Pós intitulado “Tecnopolíticas e Vigilância”. https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/issue/view/254/showToc. Acesso em 22/06/2020.



mantém. Dos seis presidentes americanos desde 1981, quatro são conservadores do Partido Republicano (o citado Reagan; George H. W. Bush – 1989 – 1993; George W. Bush, 2001-2009; e Donald Trump, 2017 - ...), e dois progressistas, ligados ao Partido Democrata (Bill Clinton – 1993-2001 e Barack Obama, 2009-2017).

Na América Latina, essa mesma tendência é bem clara: ao longo das décadas de 80 e 90, governos neoliberais se sucederam no poder; ao fim do século XX e início do atual, governos populares e com tendências progressistas se instalaram. A partir do início da segunda década do século, esses governos populares e progressistas foram sendo desbancados – vários deles por golpes institucionais²³ de novo tipo, como o Paraguai, o Brasil, Honduras e, mais recentemente, a Bolívia. Essa nova onda neoliberal tem, claramente, um conteúdo político-ideológico muito mais conservador, vide as eleições de Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil, ambas de extrema direita, e sob forte suspeita de terem sido manipuladas pela interferência de robôs e produção em massa de notícias fraudulentas.

O que ocorreu à industrialização nesse período pós-desenvolvimentista, industrialização essencial à formação do mercado interno e à possibilidade de construção de um país autônomo, como já detectara Furtado? Em uma palavra, regredimos, exatamente no momento em que os países do capitalismo central davam um novo salto tecnológico, com a terceira revolução industrial, da informática e eletrônica.

Se tomarmos a sugestão de Pochman (2000), sobre a existência de cinco movimentos de reestruturação do setor produtivo estatal desde a década de 80, temos que quatro desses movimentos foram destrutivos, e apenas um criativo. O primeiro movimento teria ocorrido ao fim da Ditadura militar-civil, entre os anos de 1981 e 1984, com a privatização de 20 vinte empresas em setores-chave. O segundo, na segunda metade da década de 1980 (sob o governo civil de Sarney - 1985-1990), tentou a constituição de grandes *holdings* gestoras, conforme o modelo italiano do segundo pós-

²³ Quem sugeriu a designação de golpes parlamentares (que são simultaneamente jurídicos e midiáticos) foi Wanderley Guilherme dos Santos, a partir do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Conferir Santos, 2017, especialmente o capítulo 2 (1964 e 2016: dois golpes, dois roteiros).



guerra, mas não vingou, resultando na privatização de 18 empresas estatais (com um impacto negativo de 82 mil empregos). O terceiro movimento – entre 1990 e 2002 - foi de longe o de maiores consequências: a segunda maior privatização do mundo, somente inferior ao desmonte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), uma vez que foram vendidas 123 empresas estatais (com um impacto negativo de 546 mil empregos). Nos governos “pós-neoliberais” (os governos petistas, 2003-2016) teria acontecido o quarto e único movimento criativo: a reestruturação do Estado contou com a criação de 43 novas empresas públicas, o que, segundo o autor, teria representado uma nítida reversão do sentido privatizante herdado do período anterior (...). Por último, o quinto movimento, que se abriu com o golpe de Estado de 2016. Esse movimento ampliou a asfixia do Estado e o desmonte do setor produtivo estatal, com transferência para empresas estrangeiras, privadas ou estatais. (POCHMAN, 2020, p. 175-177).

Essa regressão do setor produtivo estatal (mas são necessárias pesquisas mais detalhadas acerca do estado da indústria no Brasil) é ainda mais problemática quando consideramos que, após o golpe de 2016, ao agronegócio (que já vinha crescendo enormemente nas últimas três décadas, é preciso observar) se juntaram uma burguesia comercial e setores rentistas – todas frações das elites e classes dominantes associadas ao grande capital internacional. No momento atual, as elites dominantes política, econômica e ideologicamente abriram mão de qualquer projeto de país autônomo, justo e inclusivo.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Quando sustentamos a permanência do passado, queremos lembrar, a partir da análise de Mayer (1987) sobre a persistência do antigo regime na Europa do início do século XX, que os historiadores e cientistas sociais no Brasil, também eles, tenderam a enfatizar com demasiada insistência o avanço da ciência e da tecnologia, do capitalismo industrial e da modernização. Negligenciaram as forças de inércia e resistência, e o seu



astucioso talento para assimilar, retardar, neutralizar e subjugar tais avanços. É preciso maior equilíbrio ao considerar não só a transformação progressiva, mas também a permanência histórica (MAYER, 1987, p. 13-14).

O Brasil se constituiu a partir de um processo de formação extremamente violento, desigual e excludente. Suas elites e classes dominantes voltaram as costas ao povo durante quase toda a sua história, aliando-se aos interesses dos centros do capitalismo internacional que se afirmaram desde o século XVI até os dias de hoje (holandeses, ingleses, americanos). A pobreza, a ausência de escolaridade formal, a submissão a formas de trabalho exaustivas e/ou degradantes condicionaram as subjetividades populares, embora a revolta também esteja fortemente inscrita nas suas experiências.

O quadro que apresentamos nas páginas anteriores é incompleto, com muitas lacunas e nexos causais ausentes, algo inevitável dado o caráter da proposta. Procuramos, lembremos, partir dos diagnósticos de Caio Prado Júnior e Celso Furtado para apresentar um quadro geral ou uma perspectiva ampla de interpretação. Essa perspectiva sustenta que, não obstante, as grandes mudanças ocorridas no que se construiu como Brasil mantiveram-se alguns marcos que evidenciam a permanência do passado e a inconclusividade da construção da nação: a dependência (econômica, social e cultural ou ideológica) para com os interesses dominantes no sistema capitalista internacional; as enormes desigualdades sociais; a violência sistemática contra os pobres e os negros; o desrespeito aos direitos dos povos originários; a inexistência de serviços públicos universais, as limitações da participação popular na tomada de decisões, entre outros.

Argumentamos que o processo de exclusão dos pobres e dominados – entre os quais os descendentes de africanos são maioria, é importante lembrar - é estrutural, espraiando-se pelas dimensões econômicas, políticas e ideológicas ou culturais (embora, por motivos de espaço, não pudéssemos sequer tocar nessas últimas). Mesmo os



esforços “desenvolvimentistas” (1930-1980), se mostraram insuficientes para uma mudança no rumo excludente de nossa formação social.

Tentativas de construção de um projeto de país autônomo existiram, é claro. As mais notáveis foram o segundo governo de Getúlio Vargas, o governo de João Goulart (1961-1964), e as administrações do Partido dos Trabalhadores entre 2003 e 2016. Todos os três tentaram, sob diferentes formas e com limitações claras, construir um país mais justo e inclusivo. Todos os três conseguiram sucessos em melhorar a condição de vida das populações necessitadas, o que, exatamente por sua limitação no tempo, nos fazem conjecturar sobre os possíveis resultados caso durassem mais tempo. Todos os três foram golpeados de morte pelas forças contrárias ao progresso econômico e social das classes vulneráveis (SANTOS, 2017, p. 42). Os governos petistas, que tiveram uma permanência maior, puderam diminuir significativamente o número de pobres no Brasil, embora a desigualdade tenha se mantido alta, assim como as políticas industriais tiveram alcance limitado.

Por fim, cabem duas rápidas observações, uma ainda acerca dos termos “crescimento” e “desenvolvimento” e outra sobre a intensificação da globalização nesse início de século XXI.

Falar em crescimento e desenvolvimento, em abstrato, é analiticamente impreciso e politicamente perigoso. Todo crescimento e desenvolvimento²⁴ só podem ter como objetivo último a coletividade; a maioria da população e a história da formação social brasileira evidenciam que isto nunca aconteceu, a não ser em períodos curtos de nossa história e, ainda assim, de forma limitada. O que ocorre no Brasil, assim como nos outros países de inserção subordinada na ordem internacional, é apenas o

²⁴ “(...) o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como desconhecer que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas culturais arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito” (FURTADO, 1996, p. 89).



“desenvolvimento” do subdesenvolvimento, este último sendo uma situação que reproduz permanentemente a assimetria.

Ao contrário do que imagina um certo senso comum informado, os Estados territoriais nunca foram um freio permanente e impotente ao movimento de mundialização do capital. Como surgem nesse processo de mundialização, a “extraterritorialidade” é uma característica de seus processos de constituição, capitaneados por elites translocais. Já lembramos, a partir de Fiori (1987), que o sistema capitalista se desenvolve desde o seu início, entre os séculos XV e XVIII, articulando, ao mesmo tempo, uma ordem global em expansão e os estados-nação: tanto os territórios e as economias “nacionais” quanto os impérios coloniais tem aí sua origem. A intensificação da globalização nesse início do século XXI coloca, sem dúvida, novas questões a qualquer projeto de construção nacional que se pretenda autônomo e inclusivo. Mas não se trata, no entanto, de eliminação da realidade nacional, que se mantém como um centro vital de decisões no plano internacional.

O espaço de atuação que as formações nacionais possuem é construído historicamente, nas suas relações com os centros internacionais de poder. Vimos que a expansão capitalista no Brasil é tardia e distinta. O processo de construção de um país autônomo no plano internacional, capaz de estabelecer suas próprias prioridades e objetivos, só se dará, como já tinha nos alertado Celso Furtado “(...) se ele tiver como ponto de partida, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Almeida, Sílvio. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.
2. Araújo, Tarcisio P.; Werneck Vianna, Salvador T.; Macambira, Júnior. **50 anos de Formação Econômica do Brasil – Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro50AnosdeFormacao_Salvador_WEB.pdf. Acesso em 23/06/2020.
3. Bethel, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil - A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
4. Bielchowsky, R. 1997. “Ideologia e desenvolvimento: Brasil, 1930-1964”. In: Loureiro, M.R. (org.). **50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
5. Bourdieu, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
6. _____. “A opinião pública não existe”. In: Pierre Bourdieu. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1988 [1976]. pp. 173-82.
7. Cardoso, Fernando H.; Faletto, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970
8. Carvalho, José M. **Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
9. Castells, Manuel. **A sociedade em rede** (Volume I – A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
10. Castilho, Sérgio R.R. **Marketing político – a construção social do mercado eleitoral no Brasil (1954-2000)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
11. Champagne, Patrick. 1991. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
12. Fiori, José Luís. “A propósito de uma ‘construção interrompida’”. In: Maria da Conceição Tavares (Orga.) **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. pp. 33-58.
13. Fonseca, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvementismo: a construção do conceito. Texto para Discussão 2103. Brasília, IPEA, julho de 2015. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf. Acesso em 20/06/2020.
14. Furtado, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. [1959].
15. _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
16. _____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
17. Gomes, Laurentino. **Escravidão** (Volume I - Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares). Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.



18. Graham, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990.
19. Hobsbawn, Eric. “Historiadores e economistas (I e II)”. In: **Sobre história – ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 107-137.
20. Leal, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1949].
21. Limongi, Fernando; Cheibub, José Antonio; Figueiredo, Argelina Cheibub. “Participação política no Brasil”. In: Marta Arretche (Org.) **Trajetórias das desigualdades – como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015. pp. 23-50.
22. Mayer, Arno. **A força da tradição – a persistência do antigo regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
23. Marini, Ruy M. **Dialéctica de la dependencia**. Distrito Federal, México: ERA, 1973.
24. Neto, Lira. **Getúlio (1930-1945)**. Companhia das Letras, 2013.
25. Nicolau, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
26. Oxfam Brasil. Terra, poder e desigualdade na América Latina. Relatório de pesquisa. <https://www.oxfam.org.br/publicacao>. 2016. Acesso em 19/06/2020.
27. Pericás, Luiz B. **Caio Prado Júnior: uma biografia política**. São Paulo: Boitempo, 2016.
28. Pochmann, Márcio. “Desindustrialização e setor produtivo no Brasil: experiência do pós-ditadura”. In: Márcio Pochmann e Greiner Costa (Orgs.). **O Estado como parte da solução: uma análise dos desafios do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020. pp. 173-2020. <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/o-estado-como-parte-da-solucao-uma-analise-dos-desafios-do-desenvolvimento-brasileiro/>. Acesso em 27/06/2020.
29. Prado Júnior, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. [1942].
30. Santos, Theotônio dos. **Imperialismo y dependência**. Distrito Federal, México: ERA, 1978.
31. Santos, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida – o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2017.
32. Souza, Pedro H. G. F. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da UnB, 2016.
33. Tavares, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
34. Tavares, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
35. Zuboff, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: Hachette, 2019.